

ARQUIVO DA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE: preservando a memória acadêmica

Danielle Alves de Oliveira¹
Ingrid Rique da Escossia Pereira²

RESUMO: O presente artigo visa apresentar a importância do Arquivo da Faculdade de Direito do Recife - FDR como um relevante espaço para a memória coletiva. Objetiva-se especificamente, contextualizar o Arquivo da FDR como espaço de memória e relatar o tratamento do acervo. Os documentos da instituição apresentam uma ampla representatividade histórica, haja vista que são datados a partir do século XIX, e trata-se de um dos mais antigos cursos de Direito do país, marco no ensino e difusão dos saberes jurídicos no Brasil. Diante da grande massa documental acumulada, decidiu-se priorizar a organização dos dossiês dos alunos, constituídos por uma série de documentos dos alunos, acumulados durante todo o período de sua permanência na Faculdade. Dessa forma, a organização e disponibilização do acervo é mais do que uma necessidade, é um dever social.

Palavras-chave: Faculdade de Direito do Recife. Dossiês dos alunos. Memória.

ARCHIVE OF RECIFE LAW SCHOOL: preserving the academic memory

ABSTRACT: This article presents the importance of the Archives of Recife Law School - FDR as a relevant space for collective memory. The purpose is specifically to contextualize the FDR Archive as memory space and report the treatment of the acquis. The institution's documents present a broad historical representation, given that they are dated from the nineteenth century, and it is one of the country's oldest law school, milestone in the teaching and dissemination of legal knowledge in Brazil. Given the large accumulated mass of documents, it was decided to prioritize the organization of files of students, consisting of a series of documents of students, accumulated throughout the period of his stay at the College. Thus, the organization and delivery of the collection is more than a necessity, it is a social duty.

Keywords: Recife Law School. Dossiers of students. Memory.

1 INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da vida em sociedade o homem vem buscando alternativas para a preservação da memória. Neste sentido, arquivos, bibliotecas e museus vêm ganhando notoriedade por constitui-se de material relevante para a construção e ressignificação do conhecimento.

¹ Professora do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: prof.danielle.alves@gmail.com

² Bacharela em Arquivologia pela Universidade Federal da Paraíba, UFPB e Especialista em História do Brasil e da Paraíba pelo Faculdades Integradas de Patos. E-mail: ingrid.rique@gmail.com

Pierre Nora (1993, p. 19) evidencia que os lugares são essenciais para a preservação da memória e só existem porque não há outros meios: “se ainda habitássemos nossa memória, não precisaríamos consagrar-lhe lugares”. Assim, o presente artigo visa apresentar a importância do Arquivo da Faculdade de Direito do Recife - FDR como um relevante espaço para a memória coletiva. Objetiva-se especificamente, contextualizar o Arquivo da FDR como espaço de memória e relatar o tratamento do acervo.

Os documentos da instituição apresentam uma ampla representatividade histórica, haja vista que são datados a partir do século XIX, e trata-se de um dos mais antigos cursos de Direito do país, marco no ensino e difusão dos saberes jurídicos no Brasil. Além da importância histórica, os arquivos também comprovam fatos administrativos relevantes da instituição. Segundo Bellotto (2004) os documentos de arquivo deixaram de constituir-se, apenas, como os resíduos das operações passadas para se tornar ferramentas de trabalho da administração, haja vista a sua importância na tomada de decisões.

2 A FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

D. Pedro I criou em 11 de agosto de 1827, simultaneamente, dois cursos de ciências jurídicas e sociais, um na cidade de São Paulo outro na cidade de Olinda. O de Olinda deu origem a Faculdade de Direito do Recife - FDR, instalado em 15 de maio de 1828 no Mosteiro de São Bento, nas dependências cedidas pelos monges beneditinos.

Segundo Ferreira (1977), o curso jurídico oferecia, nos anos iniciais, apenas nove (9) disciplinas, e possuía na sua organização, treze (13) professores, e foram matriculados, em 1828, 41 estudantes, oriundos de vários Estados brasileiros e de outros países como Angola e Portugal, após terem sido aprovados nos exames preparatórios. As aulas foram iniciadas em 02 de junho do mesmo ano e a primeira turma de bacharéis formou-se em 1832³

Em 1852, o curso foi transferido para o Palácio dos Governadores, situado no alto da Ladeira do Varadouro, em Olinda, e em 1854, o curso transferiu-se para a Rua do Hospício, no Recife, ocupando um velho sobrado, conhecido como Pardieiro, devido às péssimas condições do prédio.

A partir de 1862 passou a funcionar no Colégio dos Jesuítas e, finalmente, em 16 de março de 1912 instalou-se, definitivamente, na Praça Adolfo Cirne, no imponente e reluzente Palácio, construído pelo engenheiro José de Almeida Pernambuco, ocupando 3.600 metros

³ No arquivo da FDR tem o nome de todos os alunos.

quadrados, no centro de uma área ajardinada; seu projeto arquitetônico, eclético com predominância do estilo neoclássico, é de autoria do arquiteto francês Gustave Varin.

Imagem 1 - Prédio Pardieiro⁴



Imagem 2 - Prédio atual⁵



A Faculdade de Direito do Recife, desde os seus primeiros anos de fundação, atuava não apenas como centro de formação de bacharéis, mas sobretudo, como um espaço intelectual, poético, crítico, filosófico, sociológico, artístico e jurídico. De lá, surgiram grandes discussões e polêmicas que empolgavam a sociedade da época. Até hoje, a FDR é palco para inúmeras manifestações e ações do corpo discente.

A grandeza intelectual e moral da Faculdade, que tem crescido sempre no lento correr dos tempos, está sobretudo no seu feitio humanista. Tornou em toda a sua vida, mais a feição de universidade, com a visão globalizante e transformadora do seu meio, do que a atitude formalista de uma redução ao formalismo da prática forense. Nisto constituiu a sua grandeza. Formou, sem dúvida, famosos praxistas e advogados, mas foi imenso o número de juriconsultos, filósofos, poetas, economistas, sociólogos, ensaístas, políticos e estadistas, agitadores de idéias que abalaram a sociedade, no aceleração do progresso e no bloqueio ou desaceleração da rotina. (FERREIRA, 1977, p. 6).

Ao longo de sua história formaram-se milhares de bacharéis, entre eles: Eusébio de Queiróz (1832), José Tomas Nabuco de Araújo (1835), Saldanha Marinho (1836), Barão do Rio Branco (1866), Tobias Barreto (1869), Joaquim Nabuco (1870), Rosa e Silva (1876), Raul Pompeia (1885), Epitácio Pessoa (1886), Graça Aranha (1886), Nilo Peçanha (1887), Joaquim Amazonas (1901), João Pessoa (1904), Augusto dos Anjos (1907), José Américo (1908),

⁴Fonte: Disponível em http://www.onordeste.com/onordeste/enciclopediaNordeste/index.php?titulo=Faculdade+de+Direito+do+Recife<r=f&id_perso=1703. Acesso em 20 jul. 2016

⁵Fonte: Disponível em: https://memoriaeverdade.com/2014/05/19/das-folterzentrum-des-doi-codi-in-recife/juristfakultaet_recife_mai2014/. Acesso em 20 jul. 2016

Aníbal Bruno (1912), Assis Chateaubriand (1913), Agamenon Magalhães (1916), José Lins do Rêgo (1924), Alcides Carneiro (1926), Aurélio Buarque de Holanda (1932), Miguel Arraes (1936), Capiba (1938), Paulo Freire (1943), Ariano Suassuna (1950), Alceu Valença (1969), dentre outros alunos protagonistas no desenvolvimento do Brasil.

Muitas outras ilustres personalidades passaram pela Faculdade, entre os quais: Castro Alves (transferiu-se para a Faculdade de São Paulo, mas não chegou a se formar, pois ficou doente), Fagundes Varela (não chegou a concluir o curso), Gilberto Freyre (como professor catedrático), José de Alencar (formou-se em São Paulo) e tantos outros.

Segundo Gaspar (2009) a FDR viveu tempos gloriosos sob a influência de Castro Alves, Joaquim Nabuco e Tobias Barreto.

Foi na Faculdade de Direito do Recife onde nasceu e floresceu o movimento intelectual poético, crítico, filosófico, sociológico, folclórico e jurídico conhecido como a *Escola do Recife*, nos anos de 1860 e 1880 e cujo líder era o sergipano Tobias Barreto de Meneses. Outras figuras importantes do movimento foram Sílvio Romero, Artur Orlando, Clovis Bevilacqua, Capistrano de Abreu, Graça Aranha, Martins Júnior, Faelante da Câmara, Urbano Santos, Abelardo Lobo, Vitoriano Palhares, José Higino, Araripe Júnior, Gumercindo Bessa. (GASPAR, 2009, p. 01)

Em 1946 a Faculdade é integrada à Universidade do Recife - UR, criada pelo Decreto-Lei nº 9.388 de 1946, juntamente com outras Faculdades e Escolas, à época: a Escola de Engenharia (1895); a Faculdade de Medicina (1927); a Escola de Belas Artes (1932); e a Faculdade de Filosofia (1941).

A partir de 1965 a Universidade recebeu o nome de Universidade Federal de Pernambuco - UFPE e a FDR passou a constituir o Centro de Ciências Jurídicas - CCJ, única unidade acadêmica instalada fora do campus universitário, haja vista que permanece no prédio inaugurado em 1912, situado na Praça Adolfo Cirne, no centro do Recife. A denominação Faculdade de Direito do Recife permanece apenas por questões históricas, já que hoje constitui o CCJ/UFPE com três departamentos: Departamento de Direito Público Geral e Processual, Departamento de Direito Público Especializado e Departamento de Teoria Geral do Direito e Direito Privado.

Atualmente, a Faculdade compõe-se de um edifício sede, localizado na Praça Adolfo Cirne, e de dois (2) anexos, localizado na Rua do Hospício, onde funcionam os cursos de Mestrado, de Doutorado e de Especialização, bem como o Núcleo de Prática Jurídica, o Arquivo e a Hemeroteca.

3 ARQUIVO DA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

Diante das constantes mudanças da FDR o arquivo e a biblioteca sofreram grandes perdas em sua constituição. Contudo, efantizando o arquivo, objeto deste relato, algumas atividades vem sendo desenvolvidas para minimizar os danos, mas, sobretudo, transformar o Arquivo da instituição, em um lugar de memória.

Murguia (2010, p. 8) enuncia que “toda memória, oficial ou não, precisa de um enquadramento, de uma organização para que possa vir a ser um elemento importante na formação das identidades”. Deste modo, buscando compreender a produção documental e estabelecer uma organização que contemple os princípios básicos da Arquivologia, uma série de atividades para preservação da memória institucional vem sendo realizada.

Até meados de 2014, o arquivo estava localizado em salas inapropriadas. Contudo, no mês de agosto do ano citado, foi inaugurado instalações próprias para o Arquivo e a Hemeroteca da instituição, promovendo assim, perspectivas para o tratamento, organização e disponibilização do acervo.

O espaço reservado para o Arquivo possui, aproximadamente, 140m². Nessas dimensões, há uma sala reservada à administração, um laboratório (ainda sem funcionamento), espaço para pesquisador e um salão amplo, onde ficam os arquivos deslizantes e o acervo tratado. Todo ambiente é climatizado e com controle de luminosidade através de películas para controle da radiação UV que passam pelas janelas.

Imagens 3 e 4 - Arquivo FDR

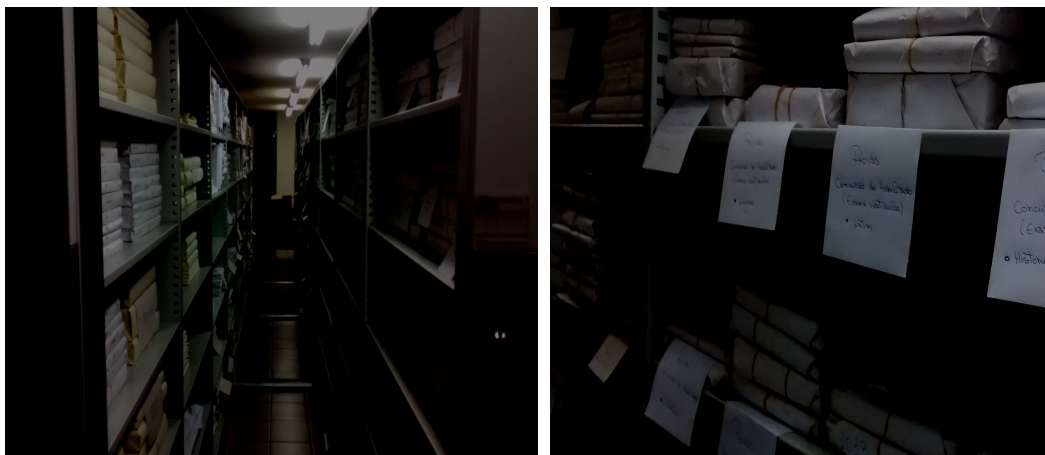


Fonte: Acervo do Arquivo FDR (2016)

Iniciando-se o processo de identificação, foram encontradas certidões de idade, livros de matrícula, dossiês de aluno, registros de cartas de bacharéis e doutores, correspondências diversas, regimentos internos, boletins oficiais, provas, dentre outros. Os documentos encontrados apresentam informações valiosas para entender o sistema educativo no Brasil monárquico e republicano, mas, sobretudo, por transbordar informações sobre o sistema cultural dos últimos séculos. Barros e Amélia (2009, p. 57) ressaltam que o arquivo, "[...] consagra-se como o lócus que se mantém vivo e atuante no meio da sociedade que o teceu, permitindo, assim, a externalização e a mediação entre o tempo e os acontecimentos passados".

Após a identificação preliminar, fizemos a escolha das prioridades e iniciamos o procedimento de higienização, descrição, acondicionamento e arquivamento. Concomitante a esse processo, estabelecemos políticas de preservação e acesso, para atender os inúmeros pesquisadores que solicitam informações do acervo. O arquivo, sendo um lugar para a construção do saber, "é o mediador que permite o acesso do pesquisador ao objeto da pesquisa, ampliando, dessa forma, as possibilidades de avanço para o exercício da produção do conhecimento". (BARROS; AMÉLIA, 2009, p. 59)

Imagens 5 e 6 - Arquivo FDR (prédio atual)



Fonte: Acervo do Arquivo FDR (2016)

O processo de higienização do acervo é um dos procedimentos mais relevantes no processo de conservação dos arquivos. Não adianta acondicionar e armazenar se não forem retirados os fungos, a poeira, as ligas de borracha, o material de metal (enferrujado ou não), entre outros. Para Erthal (2008, p.110) "a poeira é a grande inimiga da conservação dos

documentos, pois contém partículas de areia que cortam e arranham. [...] fuligem, mofo e inúmeras outras impurezas, atraem umidade e degradam papéis". Nas fotos a seguir, é possível ver as péssimas condições do acervo, todo esse material passou pela etapa de higienização antes da transferência.

Imagens 7 e 8 - Arquivo FDR (antigo depósito)



Fonte: Acervo do Arquivo FDR (2014)



Porém, diante de um acervo de 189 anos de acumulação, prioridades tiveram que ser estabelecidas, até mesmo porque, a equipe é formada por apenas quatro (4) profissionais, sendo uma arquivista, duas técnicas em arquivo e uma assistente em administração. Diante da grande massa documental acumulada, decidiu-se priorizar a organização dos assentamentos individuais dos alunos (dossiês dos alunos).

Os dossiês são constituídos por uma série de documentos dos alunos, acumulados durante todo o período de sua permanência na Faculdade. De modo geral, os dossiês individuais são compostos pela certidão de nascimento, pelo certificado de conclusão de curso do nível imediatamente anterior, pelas fichas anuais de matrículas, assim como pelas fichas com as disciplinas cursadas em cada ano de estudo e notas obtidas pelo aluno. Toda essa documentação, gerada no ingresso do aluno pela Faculdade e durante seu período de permanência nela, foi conservada por ser probatória.

Imagens 9 - Ficha com o histórico do Aluno que compõem o Dossiê⁶

Ficha nº 45 FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

Vida escolar do aluno: **ARIANO VILAR SUASSUNA**

Naturalidade: **Recife**

Data de nascimento: **16 de Junho de 1907**

Estado civil: **solteiro**

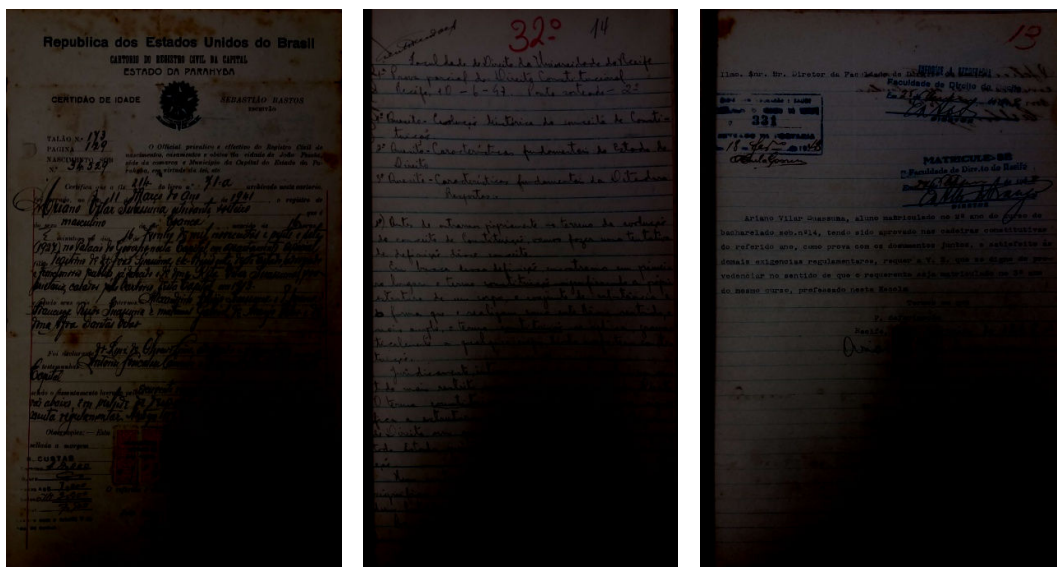
FILIAÇÃO: **Pai: RUI SUASSUNA Mãe: LUIZ FIDEL SUASSUNA**

EXAME VESTIBULAR

1.º ANO	2.º ANO	3.º ANO
Matriculado em 11 de março de 1945, sob nº 45. Inscrição para exames em 20 de março de 1945, sob nº 45. Em 4 de dezembro de 1945, prestou exame de admissão de primeira matrícula e foi aprovado simplesmente grau almejo (50). Em 10 de dezembro de 1945, prestou exame de admissão de segunda matrícula e foi aprovado simplesmente grau almejo (50). Em 15 de dezembro de 1945, prestou exame de admissão de terceira matrícula e foi aprovado simplesmente grau almejo (50). Na mesma data, prestou exame de admissão de quarta matrícula e foi aprovado simplesmente grau almejo (50).	Matriculado em 20 de fevereiro de 1947, sob nº 14. Inscrição para exames em 1 de dezembro de 1947, sob nº 14. Em 10 de dezembro de 1947, prestou exame de admissão de segunda matrícula e foi aprovado simplesmente grau almejo (50). Em 15 de dezembro de 1947, prestou exame de admissão de terceira matrícula e foi aprovado simplesmente grau almejo (50). Em 20 de dezembro de 1947, prestou exame de admissão de quarta matrícula e foi aprovado simplesmente grau almejo (50).	Matriculado em 16 de fevereiro de 1948, sob nº 15. Inscrição para exames em 3 de dezembro de 1948, sob nº 15. Em 10 de dezembro de 1948, prestou exame de admissão de segunda matrícula e foi aprovado simplesmente grau almejo (50). Em 15 de dezembro de 1948, prestou exame de admissão de terceira matrícula e foi aprovado simplesmente grau almejo (50). Em 20 de dezembro de 1948, prestou exame de admissão de quarta matrícula e foi aprovado simplesmente grau almejo (50).

Fonte: Acervo do Arquivo FDR (2016)

Imagens 10 - Documentos que compõem o Dossiê⁷



Fonte: Acervo do Arquivo FDR (2016)

O seu manuseio e leitura permitem averiguar a existência de uma uniformidade de informações sobre o aluno, tais como: idade de ingresso no curso, gênero, etnia, formação anterior, escola de origem (pública ou privada), período de permanência no curso. Lançados em planilhas Excel e tratados estaticamente, os dados apurados possibilitam, por sua vez, a construção de um perfil que buscava o curso jurídico.

⁶Dossiê do aluno Ariano Suassuna

⁷O primeiro documento é uma folha de matrícula, seguido por uma prova e a certidão de idade, documento exigido na matrícula, todos do aluno Ariano Suassuna.

Além dessa documentação presente em praticamente todos os dossiês, foram também localizadas provas dos alunos, certidão de bacharel, bem como, declarações e atestados

4 TRATAMENTO E ARQUIVAMENTO DOS DOSSIÊS DE ALUNOS

No Arquivo da FDR há dossiês de alunos em diferentes situações: alunos que colaram grau (egressos), dossiês dos alunos que não concluíram seus estudos, por desistência ou transferência, e dossiês dos alunos do doutorado. Além disso, há diferentes formatos, uma vez que durante os anos, a produção desses documentos foi sofrendo modificações.

As constantes mudanças sofridas pela FDR fez com que alguns documentos fossem perdidos, extraviados e misturados com outras proveniências. Porém, mesmo com esses percalços o acervo possui documentos desde 1827, mostrando-se um dos mais completos do Brasil, já que a Faculdade de Direito de São Paulo teve seu Arquivo destruído em um grande incêndio em 1880⁸.

Quanto aos dossiês de alunos, há no Arquivo da FDR registros desde 1828 até 1984⁹, contudo, nem todas as pastas estão completas, pois há muitos documentos soltos no depósito que estão sendo tratados e inseridos nas devidas pastas

Imagens 11 e 12 - Identificação de documentos para inserir nos dossiês



Fonte: Acervo do Arquivo FDR (2016)

Na organização dos documentos, utilizou-se os recursos disponíveis na instituição. Os dossiês foram acondicionados em caixas poliondas e em envelopes confeccionados com papel filifold documenta (papel com pH neutro), e arquivando-se os que colaram grau

⁸Informação sobre o incêndio disponível no site

<http://www.direito.usp.br/faculdade/diretores/index_faculdade_diretor_06.php>. Acesso em 20 jul. 2016.

⁹Após essa data os documentos de alunos ficaram a cargo do setor de escolaridade da UFPE.

(egressos) por ano, e dentro destes, por ordem alfabética do nome do aluno, totalizando 5.923 dossiês, entre os anos de 1903 e 1984.

Imagem 13 - Dossiês dos alunos acondicionados em caixas



Fonte: Acervo do Arquivo FDR (2016)

Uma lista em ordem alfabética dos egressos foi fixada nas respectivas caixas/volumes, juntamente com uma etiqueta contendo os dados de identificação, necessários para a recuperação dos dossiês, como ano, número da caixa, da prateleira, etc.

Os dossiês dos alunos que não concluíram seus estudos na FDR, por desistência ou transferência totalizam 427. E os dossiês dos alunos do doutorado totalizam 594, entre os anos de 1932 e 1970.

Esses documentos são procurados com frequência pelos pesquisadores, por trazer o histórico da vida dos egressos da Faculdade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme fora citado, o acervo guarda documentos únicos e indispensáveis para a ressignificação da memória coletiva, uma vez que as atividades da Faculdade marcaram o processo de formação da elite intelectual pernambucana e brasileira. Com a criação do curso jurídico em Olinda foram modificados hábitos da elite local e nacional, que antes de sua inauguração costumava enviar seus filhos para Portugal para que obtivesse uma boa educação. A educação estava mais próxima dos brasileiros, apesar do alto investimento, que acabava por selecionar o público que teria direito a frequentar curso superior.

Porém, mais do que formar bacharéis em Direito, a FDR se constituiu como um importante espaço para a circulação de ideias e discussões intelectuais que marcaram o século XIX e XX.

O acervo é imenso e ainda está em processo de organização, ainda assim, o número de consultas é significativo e a disponibilização destes documentos, permitirá, portanto, um maior e melhor acesso a estes. Maior pela possibilidade de uso e o alcance de potenciais usuários, como por exemplo, pesquisadores, historiadores e a comunidade em geral, que talvez nem mesmo tenha conhecimento de sua existência.

Dessa forma, a organização e disponibilização do acervo é mais do que uma necessidade, é um dever social.

REFERÊNCIAS

BARROS, Dirlene Santos; AMÉLIA, Dulce. Arquivo e memória: uma relação indissociável. **TransInformação**, Campinas, jan./abr., 2009.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Arquivos permanentes. Tratamento documental. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

FERREIRA, Pinto. A Faculdade de Direito e a Escola do Recife. Brasília. A.14. n. 55. jul./set. 1977. Disponível em: <
<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/181024/000359523.pdf?sequence=3>.
Acesso em: 02 maio 2016.

GASPAR, Lúcia. Faculdade de Direito do Recife. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em:
<<http://www.basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

MURGUIA, Eduardo Ismael (Org.). **Memória**: um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus. São Carlos, SP: Compacta Gráfica e Editora, 2010.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.